

Sumário

Nota do autor à 19ª edição	25
Nota do autor à 17ª edição	27
Prefácio	31
Capítulo 1 ► Introdução ao Direito Processual Civil	35
1. Introdução	35
2. Conceito de processo	36
3. Teoria Geral do Processo, Ciência do Direito Processual Civil e Direito Processual Civil	40
4. Processo e direito material. Instrumentalidade do processo. Relação circular entre o direito material e o processo	45
5. Algumas características do pensamento jurídico contemporâneo	47
6. Neoconstitucionalismo, neoprocessualismo ou formalismo valorativo. A atual fase metodológica da ciência do processo	50
7. A ciência do processo e a nova metodologia jurídica	54
7.1. Constituição e processo. O art. 1º do CPC	54
7.2. Princípios processuais	56
7.3. A nova feição da atividade jurisdicional e o Direito processual: sistema de precedentes, criatividade judicial e cláusulas gerais processuais	59
7.4. Processo e direitos fundamentais	63
8. Aplicação da norma processual no tempo	65
9. A tradição jurídica brasileira: nem civil law nem common law	67
Capítulo 2 ► Normas fundamentais do Processo Civil	71
1. Direito Processual Fundamental	71
2. Princípios	73
2.1. Princípio do devido processo legal	73
2.1.1. Considerações gerais	73
2.1.2. Conteúdo	74
2.1.3. Devido processo legal formal e devido processo legal substancial	78
2.1.4. Devido processo legal e relações jurídicas privadas	82
2.2. Princípio da dignidade da pessoa humana	85

2.3.	Princípio da legalidade	89
2.4.	Princípio do contraditório	91
2.4.1.	Generalidades e a regra da proibição de decisão-surpresa	91
2.4.2.	Dever de o juiz zelar pelo efetivo contraditório	97
2.5.	Princípio da ampla defesa	99
2.6.	Princípio da publicidade	100
2.7.	Princípio da duração razoável do processo	107
2.8.	Princípio da igualdade processual (paridade de armas)	111
2.9.	Princípio da eficiência	113
2.10.	Princípio da boa-fé processual	119
2.10.1.	Generalidades	119
2.10.2.	Fundamento constitucional do princípio da boa-fé processual	122
2.10.3.	Destinatário da norma	124
2.10.4.	Concretização do princípio da boa-fé processual	125
2.11.	Princípio da efetividade	128
2.12.	Princípio da adequação (legal, jurisdicional e negocial) do processo	130
2.12.1.	Generalidades	130
2.12.2.	Critérios de adequação	131
2.12.3.	Adequação jurisdicional do processo	133
2.12.4.	Adequação negocial do processo	135
2.13.	Princípio da cooperação e o modelo do processo civil brasileiro	136
2.13.1.	Nota introdutória	136
2.13.2.	“Princípios” dispositivo e inquisitivo. Modelos tradicionais de organização do processo: adversarial e inquisitorial	136
2.13.3.	Processo cooperativo: um terceiro modelo de organização do processo. Princípios e regras de cooperação. Eficácia do princípio da cooperação	141
2.13.4.	Dever de o juiz zelar pelo efetivo contraditório, princípio da cooperação e dever de auxílio	148
2.14.	Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo	148
2.15.	Princípio da primazia da decisão de mérito	153
2.16.	Princípio da proteção da confiança	155
2.16.1.	Proteção da confiança e segurança jurídica	155
2.16.2.	Pressupostos para a proteção da confiança	156
2.16.3.	Princípio da proteção da confiança e o direito processual civil	159
3.	Regras	163
3.1.	Regras da instauração do processo por iniciativa da parte e de desenvolvimento do processo por impulso oficial	163
3.1.1.	Instauração do processo por iniciativa da parte	163
3.1.2.	Desenvolvimento do processo por impulso oficial	164
3.2.	Regra da obediência à ordem cronológica de conclusão	164

3.2.1.	Generalidades	164
3.2.2.	Regras que excetuam o dever de respeito à ordem cronológica de conclusão	165
3.2.3.	Calendário processual e dever de observância da ordem cronológica de conclusão	169
3.2.4.	Consequências do descumprimento da regra	169
3.2.5.	Extensão da regra à atuação do escrivão ou chefe de secretaria	170
3.2.6.	Direito transitório	170
4.	Norma fundamental de interpretação do Código de Processo Civil: o postulado hermenêutico da unidade do Código	170
Capítulo 3 ► Jurisdição		173
1.	Conceito e características da jurisdição	173
1.1.	Conceito	173
1.2.	Decisão por terceiro imparcial – heterocomposição	174
1.3.	A jurisdição como manifestação do Poder: a imperatividade e a inevitabilidade da jurisdição	176
1.4.	A jurisdição como atividade criativa	177
1.5.	Jurisdição como técnica de tutela de direitos mediante um processo	182
1.6.	A jurisdição sempre atua em uma situação jurídica concreta	183
1.7.	Insuscetibilidade de controle externo	184
1.8.	Aptidão para a coisa julgada	184
2.	Equivalentes jurisdicionais	185
2.1.	Generalidades e justiça multiportas.	185
2.2.	Autotutela	186
2.3.	Autocomposição	187
2.4.	Julgamento de conflitos por tribunal administrativo (solução estatal não jurisdicional de conflitos)	188
3.	Arbitragem	192
4.	Princípios da jurisdição	197
4.1.	Territorialidade	197
4.2.	Indelegabilidade	198
4.3.	Inafastabilidade	200
4.4.	Juiz natural	205
5.	A jurisdição voluntária	209
5.1.	Generalidades	209
5.2.	Classificação dos procedimentos de jurisdição voluntária de Leonardo Greco	213
5.3.	A jurisdição voluntária como administração pública de interesses privados	214
5.4.	A jurisdição voluntária como atividade jurisdicional	215

Capítulo 4 ► Competência	221
1. Conceito e considerações gerais	222
2. Distribuição da competência	223
3. Princípios da tipicidade da competência e da indisponibilidade da competência. Regra da inexistência de vácuo de competência	223
4. Regra da Kompetenzkompetenz	224
5. A perpetuação da jurisdição	224
6. Competência por distribuição	226
7. Classificação da competência	227
7.1. Competência do foro (territorial) e competência do juízo	227
7.2. Competência originária e derivada	228
7.3. Competência relativa e competência absoluta	228
7.3.1. A <i>translatio iudicii</i>	228
7.3.2. Distinções entre a incompetência relativa e a incompetência absoluta	230
8. Foros concorrentes, forum shopping, forum non conveniens e princípio da competência adequada	231
9. Competência constitucional	235
10. Competência internacional	236
10.1. Considerações gerais	236
10.2. Competência internacional concorrente ou cumulativa (arts. 21 e 22, CPC)	238
10.3. Competência internacional exclusiva (art. 23, CPC)	239
10.4. Competência concorrente e litispendência (art. 24, CPC)	239
11. Métodos para identificar o juízo competente	240
12. Critérios determinativos de distribuição da competência	241
12.1. Consideração introdutória	241
12.2. Objetivo: em razão da matéria, em razão da pessoa e em razão do valor da causa	241
12.3. Territorial	243
12.4. Funcional	243
12.4.1. Generalidades	243
12.4.2. Competência funcional x competência territorial absoluta	244
13. Principais regras de competência territorial	246
14. Foros distritais e subseções judiciárias	253
15. Modificações da competência	254
15.1. Generalidades	254
15.2. Não alegação da incompetência relativa	254
15.3. Foro de eleição	254
15.3.1. Generalidades	254

15.3.2. Ineficácia da cláusula abusiva de foro de eleição	256
15.3.3. Foro de eleição internacional	257
15.4. Conexão e continência	258
15.4.1. Considerações gerais sobre a conexão. Conceitos legais de conexão e continência. Insuficiência do conceito legal. A conexão por prejudicialidade ou por preliminaridade	258
15.4.2. Forma de alegação.	262
15.4.3. Distinção entre a alegação de modificação de competência e a alegação de incompetência relativa	262
15.4.4. Conexão entre demanda executiva e demanda de conhecimento e conexão entre demandas executivas	263
15.4.5. Cooperação jurisdicional nacional e a conexão probatória (art. 69, CPC)	264
15.4.6. Conexão por afinidade. Um novo modelo de conexão para o julgamento de casos repetitivos	265
15.5. Prevenção	266
15.6. Outras regras de modificação da competência	267
16. Recorribilidade da decisão sobre competência	267
17. Conflito de competência	269
17.1. Conceito	269
17.2. Incompetência, remessa dos autos e conflito de competência	270
17.3. Legitimidade e participação do Ministério Público	270
17.4. Competência	271
17.5. Procedimento	272
18. Competência da Justiça Federal	273
18.1. Características	273
18.2. Competência dos juízes federais em razão da pessoa	274
18.2.1. O art. 109, I, CF/1988	274
18.2.1.1. As causas	274
18.2.1.2. As pessoas	275
18.2.1.3. As exceções	280
18.2.2. O art. 109, II, CF/1988	282
18.2.3. O art. 109, VIII, CF/1988	283
18.3. Competência funcional: art. 109, X, segunda parte	285
18.4. Competência da Justiça Federal em razão da matéria	285
18.4.1. O art. 109, III, CF/1988	285
18.4.2. Causas do art. 109, V-A: grave violação a direitos humanos	287
18.4.3. O art. 109, XI, CF/1988: disputa sobre direitos indígenas	291
18.4.4. Art. 109, X, parte final: causas referentes à nacionalidade e à naturalização	292
18.5. Competência territorial da Justiça Federal	292

18.5.1. Considerações gerais	292
18.5.2. Art. 109, § 3º, CF/1988: juízo estadual com competência federal	295
18.6. Competência do Tribunal Regional Federal (art. 108 da CF/1988)	299
Capítulo 5 ► Mediação e conciliação	305
1. A política pública de tratamento adequado dos conflitos jurídicos. O princípio do estímulo da solução do litígio por autocomposição	305
2. A Resolução n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça	306
3. Mediação e conciliação: distinções e semelhanças	308
4. Normas que regem a mediação e a conciliação	310
5. O centro de solução de conflitos	313
6. As câmaras privadas de mediação e conciliação	314
7. As câmaras administrativas de mediação e conciliação	315
8. Considerações críticas	316
Capítulo 6 ► Teoria da ação: da ação e do direito de ação	319
1. Direito de ação, ação, procedimento e direito afirmado	319
2. O direito de ação como um complexo de situações jurídicas	321
3. A demanda e a relação jurídica substancial	324
4. Elementos da ação	325
4.1. Causa de pedir e pedido	325
4.2. Partes	326
5. Classificação das ações	327
5.1. Classificação segundo a natureza da relação jurídica discutida: real e pessoal	327
5.2. Classificação segundo o objeto do pedido mediato: mobiliária ou imobiliária	327
5.3. Classificação segundo o tipo de tutela jurisdicional: conhecimento, cautelar e executiva. Ações sincréticas	327
5.4. Ações de conhecimento: condenatórias, constitutivas e declaratórias	328
5.4.1. Ações condenatórias: as ações de prestação	328
5.4.2. Ações constitutivas	329
5.4.3. Ações (meramente) declaratórias	331
5.4.4. O art. 20 do CPC. Distinção entre ação meramente declaratória e ação de condenatória. O art. 515, I, do CPC	334
5.4.5. Ações mandamentais e ações executivas em sentido amplo. As classificações quinária e quaternária das ações	336
5.5. Ações dúplices	341
6. Cumulação de ações	342
7. Concurso de ações (concurso de direitos)	342
8. As condições da ação e o novo CPC	344

Capítulo 7 ► Pressupostos processuais	349
1. Pressuposto processual: noções gerais	349
2. Pressupostos de existência e requisitos de validade	350
3. Alguns “mitos” sobre os pressupostos processuais	353
4. A classificação proposta	353
5. Pressupostos processuais subjetivos	354
5.1. Capacidade de ser parte	354
5.2. Existência de órgão investido de jurisdição	356
6. Pressuposto processual objetivo: a existência de ato inicial do procedimento que introduza o objeto da decisão	356
7. Requisitos processuais subjetivos de validade	357
7.1. Capacidade processual	357
7.1.1. Generalidades	357
7.1.2. Possíveis consequências da incapacidade processual	360
7.2. Capacidade processual das pessoas casadas	361
7.2.1. Consideração introdutória	361
7.2.2. Capacidade processual dos cônjuges nas ações reais imobiliárias	361
7.2.2.1. O art. 1.647 do Código Civil	361
7.2.2.2. A restrição da capacidade processual	361
7.2.2.3. Forma e prova do consentimento	364
7.2.2.4. Aplicação à união estável documentada	364
7.2.2.5. O controle da ilegitimidade processual do cônjuge	365
7.2.2.6. Suprimento judicial do consentimento (art. 74 do CPC e art. 1.648 do Código Civil)	366
7.2.3. Dívidas solidárias e litisconsórcio necessário entre os cônjuges (incisos II e III do § 1º do art. 73 do CPC)	367
7.3. O curador especial	369
7.4. Capacidade postulatória	375
7.4.1. Generalidades	375
7.4.2. Ato praticado por advogado sem procuração	377
7.4.3. A procuração	379
7.5. Competência	381
7.6. Imparcialidade	381
8. Requisito processual objetivo intrínseco: respeito ao formalismo processual	381
9. Requisitos processuais objetivos extrínsecos e negativos	383
10. A legitimação para agir e o interesse processual	384
10.1. Observação introdutória	384
10.2. O art. 17 do CPC	385
10.3. Legitimação para agir	386

10.3.1. Noção	386
10.3.2. Classificação	387
10.3.3. Substituição processual ou legitimação extraordinária	390
10.3.4. Fonte normativa da legitimação extraordinária	393
10.3.4.1. Generalidades	393
10.3.4.2. A legitimação extraordinária negocial	395
10.3.5. Substituição processual e sucessão processual	400
10.3.6. Substituição processual e representação processual	400
10.3.7. Legitimidade ordinária como questão de mérito	401
10.4. O interesse de agir	403
10.4.1. Generalidades	403
10.4.2. O interesse-utilidade	404
10.4.3. O interesse-necessidade e as ações necessárias	405
10.4.4. Interesse de agir nas ações declaratórias	407
10.4.5. O denominado interesse-adequação	409
10.5. A teoria da asserção: exame da legitimidade e do interesse de agir à luz do que foi afirmado pela parte	410
11. As diversas posições jurídicas que um sujeito pode assumir em um mesmo processo: a dinamicidade das capacidades processuais, do interesse processual e da legitimidade	414
Capítulo 8 ► Teoria dos fatos jurídicos processuais	419
1. Nota explicativa	419
2. Ato e procedimento	420
3. Conceito de fato jurídico processual	420
4. Classificação dos fatos jurídicos processuais em sentido amplo	423
5. Negócios processuais	425
5.1. Noções gerais, espécies e classificação	425
5.2. Negócios processuais atípicos	429
5.2.1. A cláusula geral de negociação sobre o processo. O princípio da atipicidade da negociação sobre o processo	429
5.2.2. Regras gerais da negociação processual	432
5.2.3. Negócios processuais celebrados pelas partes com o juiz.	432
5.2.4. Momento de celebração.	433
5.2.5. Requisitos de validade	433
5.2.5.1. Generalidades	433
5.2.5.2. Capacidade.	434
5.2.5.3. Objeto	437
5.2.5.4. Forma	440
5.2.6. Anulabilidade	440
5.2.7. Eficácia e revogabilidade.	440

5.2.8. Onerosidade excessiva, resolução e revisão.	442
5.2.9. Inadimplemento e ônus da alegação	442
5.2.10. Efetivação	443
5.2.11. Princípio da boa-fé e negociação processual	443
5.2.12. Interpretação	443
5.2.13. Negócios processuais coletivos e negócios processuais que dizem respeito a processos indeterminados	444
5.2.14. Direito intertemporal	445
6. Ato ilícito processual	446
Capítulo 9 ► Invalidades processuais	449
1. Consideração introdutória	449
2. Noções básicas sobre os planos da existência, validade e eficácia dos fatos jurídicos	450
3. Sistema de invalidades processuais	453
3.1. Sistema de invalidades processuais e sistema de invalidades do direito material ...	453
3.2. O ato processual defeituoso produz efeitos até a sua invalidação. Toda invalidade processual é decretada	454
3.3. Os tipos de defeito processual	454
3.4. Não há invalidade sem prejuízo	457
3.5. Intervenção do Ministério Público e invalidade	458
3.6. Princípio do aproveitamento dos atos processuais defeituosos. O princípio da fungibilidade	459
3.7. Sanabilidade dos defeitos processuais	460
3.8. Invalidade do procedimento (inadmissibilidade) e invalidade de cada um dos atos do procedimento	461
3.9. Invalidação de atos do juiz, das partes e dos auxiliares da justiça	463
3.10. Máxima da proporcionalidade e princípios da cooperação e da eficiência aplicados ao sistema das invalidades processuais	466
3.11. O princípio da boa-fé processual e a regra da proibição do venire contra factum proprium	467
3.12. Princípio da proteção da confiança	470
3.13. Decisão sobre a invalidade e preclusão	471
Capítulo 10 ► Preclusão	473
1. Conceito	473
2. Fundamentos da preclusão e o seu papel no formalismo processual	474
3. Classificação	476
3.1. Generalidades	476
3.2. Preclusão temporal	478

3.3. Preclusão lógica	478
3.4. Preclusão consumativa	480
3.5. Preclusão-sanção ou preclusão punitiva	481
4. Natureza jurídica	482
4.1. A preclusão como fato e como efeito jurídico	482
4.2. A preclusão como sanção	483
5. Preclusão, prescrição e decadência	484
6. Preclusão para o juiz	485
7. Efeitos da preclusão	486
Capítulo 11 ► Teoria da cognição judicial	489
1. Conceito de cognição	489
2. Conceito de questão	490
3. Resolução das questões: resolução incidenter tantum e resolução principaliter	490
4. Objeto do processo e objeto litigioso do processo	492
5. Objeto da cognição judicial (tipologia das questões)	496
5.1. Consideração introdutória	496
5.2. Questões de fato e questões de direito	496
5.3. Questões prévias: questões preliminares e questões prejudiciais	498
5.4. Pressupostos processuais e mérito: questões de admissibilidade e questões de mérito	502
6. Espécies de cognição	504
Capítulo 12 ► Litisconsórcio	509
1. Conceito	509
2. Classificação	509
2.1. Ativo, passivo e misto	509
2.2. Inicial e ulterior	510
2.3. Unitário e simples	510
2.3.1. Unitário	510
2.3.2. Simples ou comum	512
2.4. Necessário e facultativo	512
2.4.1. Generalidades	512
2.4.2. Litisconsórcio necessário unitário, litisconsórcio facultativo unitário e hipóteses de intervenção iussu iudicis	513
2.4.3. Litisconsórcio necessário por força de lei	516
2.4.4. Síntese das combinações possíveis entre os litisconsórcios unitário, simples, necessário e facultativo	516

2.4.5.	Litisconsórcio necessário ativo	517
2.4.6.	Natureza da sentença proferida contra litisconsorte necessário não citado	524
2.4.7.	Litisconsórcio necessário e negócio jurídico processual	525
2.4.8.	Litisconsórcio facultativo unitário e coisa julgada	526
3.	Regime de tratamento dos litisconsortes	528
4.	Modalidades especiais de Litisconsórcio facultativo e cumulação de pedidos	530
4.1.	Litisconsórcio sucessivo	530
4.2.	Litisconsórcio eventual	531
4.3.	Litisconsórcio alternativo	532
5.	Litisconsórcio por comunhão, por conexão ou por afinidade. Litisconsórcio facultativo impróprio. Litisconsórcio recusável. Litisconsórcio multitudinário	533
Capítulo 13 ► Intervenção de terceiro		537
1.	Introdução às intervenções de terceiro	537
1.1.	Conceitos fundamentais	537
1.1.1.	Conceito de parte	537
1.1.2.	Conceito de terceiro	538
1.1.3.	Conceito de intervenção de terceiro	538
1.1.4.	Processo incidente e incidente do processo	538
1.2.	Fundamentos para as intervenções de terceiro	539
1.3.	Efeitos no processo	540
1.4.	Controle pelo magistrado	540
1.5.	Cabimento	541
1.5.1.	Regra geral	541
1.5.2.	Juizados Especiais Cíveis	542
2.	Assistência	542
2.1.	Considerações gerais	542
2.2.	Procedimento	543
2.3.	Assistência simples	544
2.3.1.	Considerações gerais	544
2.3.2.	Poderes do assistente simples	546
2.3.2.1.	Combinação das regras decorrentes dos arts. 121, par. ún., e 122, CPC	546
2.3.2.2.	Análise do par. ún. do art. 121 do CPC: omissões negociais e não negociais do assistido	548
2.3.3.	Eficácia preclusiva da intervenção	550
2.4.	Assistência litisconsorcial	551
2.5.	Intervenção de legitimado extraordinário para a defesa de direitos coletivos (lato sensu) como assistente simples em processo individual	552

3.	Denúnciação da lide	555
3.1.	Generalidades	555
3.2.	Facultatividade da denúnciação da lide	558
3.3.	Posição processual do denunciado	559
3.4.	A denúnciação da lide em caso de evicção (art. 125, I, CPC)	561
3.5.	A denúnciação da lide com base no inciso II do art. 125 do CPC	562
3.5.1.	Considerações gerais	562
3.5.2.	A concepção restritiva	563
3.5.3.	A concepção ampliativa.	565
3.5.4.	A posição do Superior Tribunal de Justiça	568
3.5.5.	Síntese conclusiva: a nossa opinião	570
3.6.	Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo autor (arts. 126-127, CPC) .	571
3.7.	Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo réu (arts. 126 e 128, CPC) ..	571
4.	Chamamento ao processo.	572
5.	Denúnciação da lide e chamamento ao processo em causas de consumo	575
6.	Incidente de desconideração da personalidade jurídica	579
6.1.	Generalidades	579
6.2.	A desconideração da personalidade jurídica: suas origens como instrumento de supressão do privilégio da limitação da responsabilidade	580
6.3.	A desconideração da personalidade jurídica: a construção doutrinária brasileira .	582
6.4.	Aspectos processuais da desconideração da personalidade jurídica	585
7.	Intervenção de amicus curiae	588
8.	Outras intervenções decorrentes da resposta do réu	594
9.	A intervenção iussu iudicis	594
10.	Intervenções especiais dos entes públicos	597
11.	Intervenção litisconsorcial voluntária ou litisconsórcio facultativo ulterior simples	601
12.	Intervenção de terceiro especial no processo da ação de alimentos (art. 1.698 do Código Civil)	603
Capítulo 14 ► Alienação da coisa ou do direito litigioso		611
Capítulo 15 ► Formação do processo e petição inicial		617
1.	Formação do processo	617
2.	Petição inicial e demanda	618
3.	Requisitos da petição inicial	618
3.1.	Forma	618
3.2.	Assinatura de quem possua capacidade postulatória	619
3.3.	Indicação do juízo a que é dirigida a demanda	619

3.4.	Qualificação das partes	619
3.5.	Causa de pedir: o fato e o fundamento jurídico do pedido	622
3.6.	O pedido	626
3.7.	Atribuição de valor à causa	626
3.8.	A indicação dos meios de prova com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	627
3.9.	Opção pela realização ou não da audiência de conciliação ou mediação	627
3.10.	Documentos indispensáveis à propositura da demanda	628
4.	Emenda da petição inicial	628
5.	Indeferimento da petição inicial	630
5.1.	Considerações gerais	630
5.2.	Hipóteses de indeferimento	634
5.2.1.	Inépcia	634
5.2.2.	Ilegitimidade da parte	637
5.2.3.	Falta de interesse processual	637
5.2.4.	Não atendimento ao disposto nos arts. 106 e 321	637
6.	Pedido	638
6.1.	Conceito e divisão	638
6.2.	Requisitos	639
6.3.	Cumulação de pedidos	640
6.3.1.	Cumulação própria: simples ou sucessiva	640
6.3.2.	Cumulação imprópria: subsidiária ou alternativa	641
6.3.3.	Cumulação inicial e cumulação ulterior	646
6.3.4.	Requisitos para a cumulação.	646
6.3.4.1.	Compatibilidade dos pedidos.	647
6.3.4.2.	Competência	647
6.3.4.3.	Identidade do procedimento ou conversibilidade para o procedimento comum. Cláusula geral de adaptabilidade do procedimento comum.	648
6.4.	Ampliação da demanda	650
6.5.	Redução da demanda	652
6.6.	Alteração objetiva da demanda	652
6.7.	Espécies de pedido	654
6.7.1.	Pedido genérico	654
6.7.2.	Pedido alternativo	657
6.7.3.	Pedido relativo a obrigação indivisível	659
6.8.	Interpretação do pedido e pedido implícito	661
6.8.1.	Interpretação da petição inicial. Regras gerais sobre a interpretação dos atos postulatórios	661
6.8.2.	Pedido implícito	666

Capítulo 16 ► Improcedência liminar do pedido	667
1. Conceito e regime jurídico	667
2. Hipóteses expressas de improcedência liminar do pedido	670
2.1. Pedido contrário a precedente obrigatório	670
2.2. Reconhecimento de prescrição ou decadência	672
3. Hipótese atípica de improcedência liminar do pedido	679
Capítulo 17 ► Citação	683
1. Generalidades	683
2. A citação como “pressuposto processual”	683
3. Comparecimento espontâneo do citando	684
4. Pessoalidade da citação	685
5. Local da citação	686
6. Impedimento legal para a citação	687
7. Efeitos da citação	687
8. A citação e a interrupção da prescrição pelo despacho citatório	690
9. Modalidades	691
9.1. Citação pelo correio	691
9.2. Citação por oficial de justiça	693
9.3. Citação por mandado com hora certa	694
9.4. Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	695
9.5. Citação por edital	696
9.6. Citação por meio eletrônico	697
Capítulo 18 ► Audiência preliminar de conciliação ou mediação	701
Capítulo 19 ► Teoria da exceção, resposta do réu e revelia	707
1. Teoria da exceção	708
1.1. Acepções do termo “exceção”	708
1.2. Exceção em sentido substancial e exceção em sentido processual. Os contradireitos (exceções substanciais) e o seu regime jurídico processual	708
1.3. Da exceção como direito de defesa	711
1.4. Ação versus exceção	712
2. Espécies de defesa	713
2.1. Mérito e admissibilidade	713
2.2. Objeções e exceções	713
2.3. Peremptória e dilatória	716
2.4. Direta e indireta	717

2.5. Instrumental e interna	717
3. Resposta do réu	718
4. A contestação	718
4.1. Noção geral	718
4.2. Prazo	719
4.3. A regra da eventualidade ou da concentração da defesa	720
4.4. Defesas de admissibilidade.	722
4.4.1. Inexistência ou nulidade de citação	722
4.4.2. Incompetência do juízo. O direito de o réu alegar incompetência no foro do seu domicílio	722
4.4.3. Incorreção do valor da causa	724
4.4.4. Inépcia da petição inicial	724
4.4.5. Perempção, litispendência e coisa julgada	724
4.4.6. Conexão e continência	725
4.4.7. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização .	725
4.4.8. Alegação de convenção de arbitragem	725
4.4.8.1. Generalidades	725
4.4.8.2. Alegação de convenção de arbitragem e a Kompetenzkompetenz do juízo arbitral	727
4.4.8.3. Decisão sobre a alegação de convenção de arbitragem.	729
4.4.9. Ausência de legitimidade ou de interesse processual. O direito de substituição do réu e o dever de o réu indicar o legitimado passivo. Novas hipóteses de intervenção de terceiro.	730
4.4.10. Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar	732
4.4.11. Indevida concessão do benefício da gratuidade concedido ao autor	732
4.5. Defesas que têm de ser alegadas fora da contestação e que podem ser alegadas depois da contestação	732
4.6. Crítica à interpretação literal do art. 337 do CPC. Quebra do dogma da primazia da defesa de admissibilidade sobre a defesa de mérito	733
4.7. Ônus da impugnação especificada	735
4.7.1. Noção	735
4.7.2. Representantes judiciais que estão dispensados deste ônus (art. 341, par. ún., CPC)	736
4.7.3. Afirmações de fato que, mesmo não impugnadas especificadamente, não serão havidas como verdadeiras	738
4.8. Forma e requisitos	739
4.9. Pedido do réu	739
4.10. Aditamento e indeferimento da contestação	740
4.11. Interpretação	741
5. Reconvenção	741
5.1. Noções gerais	741

5.2.	Reconvenção e ampliação subjetiva do processo	742
5.3.	Requisitos	744
5.3.1.	Haja uma causa pendente	744
5.3.2.	A observância do prazo de resposta	745
5.3.3.	Competência	745
5.3.4.	Compatibilidade entre os procedimentos	745
5.3.5.	Conexão	746
5.3.6.	Interesse processual	746
5.3.7.	Cabimento	747
5.3.8.	Despesas processuais	747
5.4.	Reconvenção e substituição processual	747
5.5.	Reconvenção e pedido contraposto	747
6.	A revelia	748
6.1.	Noção	748
6.2.	Efeitos	749
6.3.	Mitigações à eficácia da revelia	749
6.3.1.	A presunção de veracidade não é efeito necessário da revelia	749
6.3.2.	Revelia não implica necessariamente vitória do autor	751
6.3.3.	Matérias que podem ser alegadas após o prazo de defesa	751
6.3.4.	Proibição de alteração de pedido ou da causa de pedir (art. 329, II, CPC) ..	752
6.3.5.	Intervenção do réu revel	752
6.3.6.	Necessidade de intimação do réu revel que tenha advogado constituído nos autos	752
6.3.7.	Possibilidade de ação rescisória por erro de fato	753
6.3.8.	Querela nullitatis	753
6.3.9.	Impedimento à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental	754
6.4.	Revelia na reconvenção	754
 Capítulo 20 ► Arguição de impedimento ou suspeição		755
1.	Generalidades	755
2.	Hipóteses de impedimento	756
3.	Hipóteses de suspeição	759
4.	Suspensão do processo	760
5.	Procedimento, decisão e recursos	761
6.	Eficácia externa da decisão sobre a suspeição e o impedimento	764
7.	Arguição de impedimento ou suspeição do tribunal ou da maioria absoluta do tribunal	765
8.	Impedimento ou suspeição provocados. Imparcialidade aceita e abuso do direito	766

Capítulo 21 ► Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo	769
1. Saneamento e fase de saneamento. As providências preliminares	769
2. Julgamento conforme o estado do processo	772
3. Julgamento antecipado do mérito	772
4. Da decisão de saneamento e organização do processo	776
4.1. Generalidades	776
4.2. Audiência de saneamento e organização em cooperação com as partes	779
4.3. O acordo de organização do processo	780
4.4. O calendário processual	782
4.5. Eficácia preclusiva da decisão de saneamento e de organização do processo em relação ao reexame das questões que podem ser decididas a qualquer tempo pelo órgão jurisdicional	784
4.5.1. Consideração introdutória	784
4.5.2. O juízo de admissibilidade positivo e a preclusão.	785
 Capítulo 22 ► Extinção do processo	793
1. Observação introdutória	793
2. Conteúdo das decisões judiciais. As decisões totais e as decisões parciais	794
3. Decisões que não examinam o mérito (art. 485 do CPC)	795
3.1. Generalidades e a primazia da decisão de mérito	795
3.2. Distribuição por dependência em caso de renovação da demanda (art. 286, II)	797
3.3. Efeito regressivo da apelação (art. 485, § 7º)	797
3.4. Análise do art. 486 do CPC	798
3.5. Indeferimento da petição inicial	801
3.6. Abandono do processo pelas partes	802
3.7. Abandono do processo pelo autor	803
3.8. Falta de “pressupostos processuais”	804
3.9. Existência de preempção, litispendência e coisa julgada	805
3.10. Ausência de interesse ou legitimidade	807
3.11. Existência de convenção de arbitragem	809
3.12. Desistência do prosseguimento do processo (revogação da demanda)	810
3.12.1. Generalidades	810
3.12.2. Desistência parcial	810
3.12.3. Desistência da ação e renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação	811
3.12.4. Momento	811
3.12.5. Desistência da ação e desistência do recurso	812
3.12.6. Desistência da ação e consentimento do réu	812
3.12.7. Efeito anexo da decisão que homologa a desistência da ação	814

3.12.8. Desistência da ação e julgamento de casos repetitivos	814
3.12.9. Caso especial: desistência no caso de ente federal ser réu	814
3.12.10. Desistência em processo coletivo	815
3.12.11. Desistência e despesas processuais	815
3.13. Falecimento do autor e intransmissibilidade do direito litigioso	815
3.14. Análise do § 3º do art. 485 do CPC	816
4. Decisões que examinam o mérito (art. 487 do CPC)	818
4.1. Observação introdutória	818
4.2. Julgamento do mérito: a procedência e a improcedência	819
4.2.1. Generalidades	819
4.2.2. A decisão que não acolhe a afirmação de contradireito como uma decisão de mérito	820
4.3. Homologação da autocomposição das partes	822
4.4. Decisão sobre a decadência ou a prescrição	825
Capítulo 23 ► Suspensão do processo	829
1. Noções gerais	829
2. Hipóteses de suspensão	831
2.1. Morte ou perda da capacidade processual de parte, representante legal ou advo- gado	831
2.2. Convenção das partes	833
2.3. Arguição de impedimento ou suspeição	834
2.4. Admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas	834
2.5. Prejudicialidade ou preliminaridade externa (art. 313, V, “a”)	835
2.6. Dependência da verificação de um fato ou da produção de uma prova (art. 313, V, “b”)	836
2.7. Força maior	837
2.8. Pendência de processo perante tribunal marítimo.	837
2.9. Casos que envolvem a maternidade ou paternidade.	838
2.10. Decisão de mérito depender da verificação da ocorrência de delito.	840
2.11. Suspensão do processo em razão da concessão de medida liminar em ação decla- ratória de constitucionalidade	841
2.12. Outros casos de suspensão	842
3. Prática de atos durante a suspensão do processo	843
Bibliografia	847